



CARTA 20/ ASEN 20/15

Angra dos Reis, 05 de maio de 2015.

Ao Sr. Miguel Torres/ Presidente da Força Sindical

Prezado companheiro,

A Associação dos Empregados da Eletronuclear – ASEN, entidade que tem por finalidade defender os interesses dos empregados da Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR; incentivar o desenvolvimento da tecnologia nuclear no país para fins pacíficos; buscar o desenvolvimento e a troca de experiências com outras entidades representativas dos trabalhadores e lutar pela manutenção e ampliação de todas as conquistas da classe trabalhadora entre outras, completou no ano de 2015 31 anos de atuação.

A ELETRONUCLEAR tem seus trabalhadores lotados nas bases Rio de Janeiro e Angra dos Reis/Paraty, sendo representados pelas entidades majoritários SINTERGIA – FNU–CUT e STIEPAR-FENATEMA-FORÇA SINDICAL respectivamente.

Reportamo-nos aos companheiros da Força Sindical solicitando esclarecimentos quanto à posição adotada por essa entidade em relação ao Projeto de Lei 4330/04 que ora tramita no Congresso Nacional.

A ASEN entende que esse projeto de lei deve servir como proteção e garantia de pagamento de salários e direitos trabalhistas dos trabalhadores que exercem funções terceirizadas, estendendo a esses companheiros as conquistas e benefícios usufruídos pelos empregados das empresas contratantes, formando uma espiral ascendente, unindo os trabalhadores em suas lutas por condições dignas de trabalho e vida.

Terceirização tem significado precarização do trabalho, diminuição de salários, corte de benefícios, aumento da carga horária e no número de acidentes de trabalho. Terceirização não gera empregos. Deve ser combatida, não ampliada.

Ficamos extremamente preocupados quando vemos que representantes do capital (CNI, FIESP, FIRJAN, FEBRABAN) gastam milhões de reais em propaganda para tentar convencer o trabalhador dos benefícios da terceirização. Essa turma nunca esteve ao nosso lado. Outros tantos milhões têm sido gastos para elegerem bancadas que defendam os interesses do empresariado: custo baixo de mão-de-obra (seremos um novo sudeste asiático?); capital público farto, barato e subsidiado (BB, CEF, BNDES, Banco do Nordeste); matéria-prima a “preço de banana”; isenção e calote nos impostos, contando sempre com anistias aprovadas por seus representantes.

Em suma o custo de descalabro é sempre pago pelos trabalhadores.

Não podemos retroceder, não podemos transformar o Brasil num país fornecedor de mão-de-obra barata para o deleite do capital explorador e sem compromisso com nosso povo.

Gostaríamos de sua manifestação direta quanto à tão importante etapa da eterna luta do trabalhador brasileiro.

Atenciosamente;

---

José Octavio Camara Pereira  
Diretor Administrativo

---

Aguinaldo Paulino Fernandes  
Diretor de Relações Institucionais

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA ELETRONUCLEAR  
Diretoria Colegiada

c/c Sr. Dalberto dos Anjos de Andrade  
Presidente do STIEPAR  
c/c Sr. Eduardo de Vasconcellos Annunciato  
Presidente Fenatema